



**MST**  
30 anos  
de luta

**VIOLÊNCIA**  
Um dia na  
DDM

**FUKUSHIMA**  
Perigo  
no mar

# CARGOS AMIGOS

A PRIMEIRA À ESQUERDA

Ano XVII  
nº 204 / 2014  
R\$ 10,90



# COPA

## #NÃOVAITER

## #VAITER

### ENTREVISTAS

#### ELIANA CALMON

“CONHECI A ENTRANHA  
DO JUDICIÁRIO”

#### CRÔNICA MENDES

“O RAP E O FUNK  
SÃO FENÔMENOS”



ISSN 1414-221X



## COLETIVOS: ALTERNATIVA ÀS RELAÇÕES CAPITALISTAS

*Amigos*



# ELA ENCAROU O JUDICIÁRIO

Eliana Calmon escarafunchou as entranhas do poder que ainda hoje se mantém como praticamente intocável e nada transparente



FOTOS: AGÊNCIA BRASIL

Por Frédi Vasconcelos

**A** ministra aposentada do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, sacudi o Judiciário durante os 2 anos que ocupou a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com medidas duras contra os muros das togas e a caixa preta da Justiça brasileira, deu novo sentido ao órgão fiscalizador que ela espera, de agora em diante, continuar o trabalho de colocar limites na categoria que nunca antes foi alvo das leis que usam para julgar todos os demais.

Na entrevista, Eliana conta um pouco do que viu e descobriu na Corregedoria e mostra como funciona as entranhas de privilégios e cooptações que fazem das leis letras mortas. Também fala de política, incluindo os próprios planos de chegar ao Senado.

*Caros Amigos* – A senhora foi a primeira ministra do Superior Tribunal de Justiça. Por que as mulheres têm tanta dificuldade em

ascender postos principalmente na Justiça?

Eliana Calmon – Na realidade, isso foi notado, quando em 1995, as mulheres estavam preparando a plataforma para um congresso internacional. Foi aí que a comunidade, aliás, que o movimento de mulheres despertou para essa situação no Judiciário; e o Judiciário, que tem acesso por concurso, tem na base um grande número de mulheres e para cima vai ficando mais raro. Na ocasião, não havia nenhuma mulher em tribunais superiores. Isso levou o movimento de mulheres a se posicionar e até exigir do presidente atitudes com relação a isso. Daí, foi assinada uma carta de intenções em que ele (o presidente) se comprometia em tornar mulheres ministras. Isso no governo do Fernando Henrique. E aí, em 1999, eu cheguei nas listas, até porque sequer a lista era composta por nomes de mulheres. Eu fui a primeira mulher a integrar uma lista triplíce. Um ano depois, foi a ministra Ellen Grace

para o Supremo Tribunal Federal. Podemos dizer que essa situação foi alavancada pelos movimentos feministas. A pergunta é, por que isso? O Poder Judiciário é um poder bastante tradicional, ele guarda muitas tradições já ultrapassadas e nessa questão das mulheres terem acesso aos cargos de mando, ele foi o último dos poderes a abrir suas portas pra isso. Eles faziam bastante restrições e, depois, respondiam até com algumas piadas dizendo que não havia banheiros pra mulheres, e realmente não tinha. Quando eu cheguei, eu achei que iria encontrar um ambiente bastante hostil; mas não, já encontrei o Tribunal bastante preparado para tratar as questões em pé de igualdade.

A senhora considera mais hostil o Conselho Nacional de Justiça?

É, mas não foi pelo fato de eu ser mulher. No início eu pensei que havia uma antipatia pessoal, achei que o presidente do Supremo

(que também preside o CNJ) não gostasse de mim, era o ministro Peluso (Antonio Cezar). Mas eu descobri que havia um problema ideológico: nós estávamos em polos opostos. Eu avançava com a magistratura com um polo e ele em um polo diametralmente diverso, um homem correto, mas é um homem do passado. Ele dizia, por exemplo, "magistrado que comete um ato indigno, nós chamamos e determinamos que ele peça aposentadoria ou peça exoneração, sobre pena de nós abrirmos um processo; isso sempre deu certo e ninguém nem fica sabendo, como é que agora nós vamos publicizar isto?" Veja que essa é uma forma de proceder bem diferente daquela outra, a de que nós temos de dar o exemplo mostrando para os nossos jurisdicionados que aqueles que faltam com o dever também são punidos no Poder Judiciário e essa era a minha posição. Então essas são duas posições absolutamente antagônicas. Se nós tivermos um procedimento como no passado, nós começamos a macular a Justiça. O segundo ponto, isso é apenas uma desconfiança que eu tenho, é que ele era muito ligado a alguns advogados, algumas pessoas, ligações mais pessoais que ele tinha de afeto etc., e eu comecei a processar um desembargador que era ligado a esse clã, que é o clã dos Zveiters. Eu cheguei a instaurar sete processos contra o Luiz Zveiter.

**Que se envolve no futebol e se mete até no rebaixamento da Portuguesa... Aquele procedimento contra o Zveiter foi o quê?**

Foi interferência política em favor do irmão, um problema de terras. É um problema de terrenos na Barra da Tijuca (Rio de Janeiro), envolvimento com o curso dos extra-judiciais, tiveram muitos problemas. Nada foi à frente, eles são muito poderosos. O Brasil é ainda uma terra de poderosos com essas elites que unem o poder econômico e o poder político e o PT não foi capaz de enfrentar isso. Eu considero até que o PT terminou vencido por eles; tentou e não conseguiu.

**Tem aquela frase da senhora em que fala de "bandido de toga"...**

Aquilo foi uma frase que, dentro de um contexto, não foi tão forte assim. Eu quis dizer que pelas garantias que tinha o Poder Judiciário e pelas tradições de não levarmos a público o que se passava nas entranhas do Judiciário e que eu estava vivenciando, os bandidos corriam para a Justiça porque se escondiam atrás da toga. Esse era o contexto. E eu disse até em proteção aos bons magistrados que são a grande maioria. Mas até

essa frase tirada do contexto mostra o quanto eu estava desagradando com os meus posicionamentos, de abrir muito processo contra desembargadores de estados importantes. Tudo isso culminou com a minha entrada em São Paulo, que é um território que nenhum corregedor conseguiu chegar. A magistratura paulista é tradicional e considerada a melhor do Brasil. Eles têm uma força muito grande porque 60% dos processos brasileiros tramitam em São Paulo. E eu sempre quis saber como era a Justiça paulista, que ninguém sabia. Tomei algumas atitudes de aproximação, coloquei dois desembargadores e dois juizes auxiliares na minha equipe para mostrar meu prestígio à Justiça paulista e fazia visitas constantes de cortesia. E as pessoas ficavam em pânico querendo saber o que eu ia fazer lá. E eles têm uma técnica muito interessante, te recebem muito bem, tomam cafezinho, mas não se abrem. Eles são absolutamente refratários ao CNJ. Vi que essa política de aproximação não era suficiente, então resolvi baixar uma portaria e fazer uma inspeção lá. E aí foi uma coisa horrível, porque eles ficaram alvorosadíssimos, perplexos e imediatamente entraram com o mandado de segurança, alegando que eu estava querendo investigar os ministros do Supremo, uma porção de bobagens... E o Supremo mandou que eu saísse de São Paulo com 48 horas que eu estava lá. Depois voltaram atrás, a liminar não foi dada, eu voltei, fiz a inspeção.

**Houve uma decisão monocrática...**

Essa própria decisão monocrática caiu porque ela não refletia aquilo que eles diziam. Eu tinha um documento porque quando eu cheguei em São Paulo, a equipe da Corregedoria, o presidente de lá mandou um email pra mim perguntando se era pra investigar os ministros que tinham sido oriundos do estado de São Paulo. E eu respondi que não, que queria fazer investigação dos desembargadores e saber quem é que tinha feito a entrega do imposto de renda ou não, porque existem duas leis determinando que façam a entrega, como todo funcionário público, e lá não se entregava.

**E o que foi descoberto lá?**

Foram descobertos os precatórios, que não eram pagos há três anos, com o dinheiro depositado rendendo juros e correção monetária, que eles discutiam que era do Tribunal e não do contribuinte, do jurisdicionado. Essa foi a irregularidade mais palpável. A outra foi de patrimônio descoberto; muita gente que tinha ganhos aquém do patrimônio que tinha construído.

E eles não queriam isso, alegando quebra de sigilo fiscal. A desorganização em termos de gestão - muitos Fóruns sem funcionar direito, muitos prédios em péssimo estado de conservação, enfim, uma série de desordens administrativas. O CNJ tem muitas dificuldades em fazer esse tipo de operação. A Justiça é muito refratária em ser questionada. O CNJ é uma criança, começou a funcionar efetivamente a partir de 2010 na gestão do ministro Gilson Dipp. Ele foi o primeiro a fazer audiência pública, foi quando as pessoas foram levadas a falar o que havia de injusto. Teve um caso no Piauí bastante interessante: um médico levantou-se na audiência pública pra dizer que ele tinha se separado da mulher e estava, incompreensivelmente, pagando pensão que estava aumentando, aumentando; e quando ele veio a saber, a ex-mulher dele estava vivendo em concubinato com um desembargador que tinha interferência direta nessa fixação de pensão alimentícia. E aí, o ministro Gilson disse que iria averiguar o caso e se ele, por favor, poderia declinar o nome do desembargador e o médico disse: "É esse que está aí junto com o senhor", que era um vice-presidente ou alguma coisa assim. Então eram casos assim que eles ficavam arrebatados, que quando sabiam que a Corregedoria iria chegar, nem dormiam direito, tinham uns que até tomavam Lexotan (anti-depressivo) e viviam à base de comprimidos, porque não eram nunca fiscalizados. Houve um comentário de um técnico da Receita Federal, que disse assim "Ministra, eles são muito ingênuos porque eles declaram tudo no imposto de renda". Eu disse "não é ingenuidade, é a certeza que eles tinham de que ninguém nunca ia olhar isso", porque a Receita olha se gera imposto ou não; se não gerar imposto, pra ela não tem problema ficar a descoberto.

**O caso do Lalau foi um caso extremo; mas há outras irregularidades na Justiça que...**

Parecidas inclusive. O do Lalau é porque foi muito dinheiro. Mas, na realidade, tem coisas muito parecidas e sempre com um envolvimento de muito poder. É muito difícil não haver a convivência com outro poder. No caso do Lalau, foi o Poder Legislativo. Muitas vezes é o tribunal que faz conluio com o próprio governador e assim a gente vai encontrando diversas irregularidades. Mas essas estão sendo apuradas. O processo administrativo do CNJ é um processo muito fraco. É o que o Aliomar Baleeiro (advogado e político) dizia: "lobo não come lobo". É difícil o próprio poder se auto-censurar.

**Parece que a Justiça é feita para não funcionar, não é ministra?**

Não é isso. Eu acho que foi sendo levado assim e como isso só interessa a pobre, termina que só quem é punido são os pobres.

São os pequenos crimes ou os crimes que causam, assim, uma consternação, e esses são raros. Mas quem tem colarinho branco e bons advogados, não vai pro sistema penal.

**A sociedade brasileira tem ânsia de ver alguém atrás das grades?**

O que acho é que nosso sistema está tão arcaico que nós não temos as penas adequadas. Por exemplo, quais são as penas adequadas para colarinho branco? É mexendo o bolso. A lei da Ação de Improbidade era um espetáculo porque as punições são extremamente modernas, adequadas.

Como? Multa, indenização para repor; depois da multa fica inegável, sem contratar o serviço público... Então, são punições muito severas e que não levam à prisão, mas é pior do que ficar preso. Tanto que hoje o desespero dos políticos é o Ato de Improbidade. De forma que nós precisávamos de uma legislação que fosse modernizada, com novos sistemas de punição que não a prisão corporal, o cerceamento da liberdade, que é o caso extremo.

**Que deveria ser só para pessoas que causam riscos à sociedade.**

Exatamente. E nesse grande descontrole, os corruptos levam vantagem, porque a corrupção passa a ser um crime impune. Eu fiz um levantamento pela internet dos dez maiores escândalos financeiros. Começando pelos anos do orçamento e aí eu fui descendo: o sangue-suga, a Operação Navalha, a operação Amazônia Livre, aquela do Jader Braballo, e foram tantos e tantos, o do Banestado, das ambulâncias, eu fui listando os dez maiores escândalos financeiros, olha, rios de dinheiro.

**E nenhum desses casos teve consequências. Não, nenhum...**

O que se vê no livro *Operação Banqueiro*, sobre a Satiagraha, é uma certa promiscuidade de advogados e tribunais. São todos amigos, que frequentam os mesmos clubes, almoçam nos mesmos restaurantes...

Olha, eu sou uma mulher de classe média e tenho acesso a algumas coisas boas, restaurantes bons e tal. Mas, eu me surpreendi quando eu cheguei no CNJ como ministra. Eu comecei a ser convidada pra ir fazer palestras. Nessas palestras eu poderia falar o que eu quisesse, porque o que importa não é o conteúdo,



é a aproximação. E uma forma de se aproximar sem ser muito notado é através desses simpósios, congressos. E aí me davam hotéis maravilhosos, onde você pode passar quantos dias quiser; geralmente fazem na quinta ou sexta-feira, pode passar o final de semana lá, carro alugado fica à sua disposição com chofer e você tem consumo ilimitado no frigobar do hotel e eles lhe carregam para locais maravilhosos, jantares, almoços e tal. Isso encanta muito a classe média, principalmente uma pessoa que é modesta, que nunca teve acesso. E se faltar um pouco de maturidade, começa a achar que é merecedor daquilo e começa a incorporar isso como valor pessoal. E não desincorpora mais, vicia. Você precisa ter o pé muito no chão pra ter a consciência de que você está sendo comprado. Essa é a expressão. Você está sendo comprado de uma forma muito elegante, mas você está sendo comprado. Eu comecei a notar e comecei a recusar os convites. Lógico, não me convidaram mais. Há convites para fazer palestras no estrangeiro. Uma vez eu fui convidada para uma palestra na Suíça; nós íamos do Brasil pra fazer uma conexão em Paris e ficaríamos dois dias em Paris. E a pessoa que convidou disse o seguinte: "Não se preocupe, é só um dia de palestra, o resto é só passeio". E eu disse "É por isso que eu não vou, é passeio demais e palestra de menos".

E aí começa haver promiscuidade e começa a chegar a uma situação em que você fica envolvido com aquele clima. Por isso, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal não aceitam nenhum convite - o ministro Celso de Mello não vai a nenhum convite, ele é absolutamente radical; eu sou menos radical. Eu vou a convite de pessoas amigas ou de quem não é advogado. Em casa de advogado eu não vou. A não ser que o advogado se torne meu

amigo, pode acontecer. Mas há advogados que eu posso julgar a favor ou contra e continuam meus amigos. Certa vez, um escritório de advocacia fez muita amizade comigo, através de uma advogada, e ela sempre ia lá. O juiz é sempre muito solitário, ele se sente sempre acarinhado com esse tipo de despreziosa amizade. E um dia essa senhora chegou e eu estava muito atarefada pra atender e ela chegou na porta e disse "Olha, eu passei aqui só pra lhe dar um beijo"; era Páscoa e trouxe um presentinho, uma sacolinha plástica. Quando cheguei em casa e fui abrir a sa-

cola, deparei-me com um relógio Bulgari. Eu mandei avaliar e custava em torno de oito mil dólares. Eu não aceitei e mandei devolver; eu não tinha salário compatível pra usar um relógio daquele. Agora, se eu aceito um relógio Bulgari, todas as vezes que ela tiver uma reivindicação, vou olhar pra ela e vou olhar pro relógio. Será que eu vou tratá-la igual ao Zé da Silva? É difícil...

**Você acha que essa postura promíscua está disseminada no Judiciário?**

Não. Eu acho que as pessoas acabam sendo acobertadas por um certo véu. É uma cultura de não querer ver, ou dizer o seguinte "Não é nada demais, você é exagerada". O que é nada de mais e nada de menos? Porque você não pode transigir. A gente achar que não é nada demais? Não é possível. Eu sempre ganhava cestas de Natal, seis de cada vez, e no ano que me aposentei, ganhei duas cestas, sendo que uma eu disse "Mas esse escritório mandou cesta pra mim? Eu acabei de cassá-lo?" - foi numa ação que eles estavam certos de que iriam ganhar. Aí o chefe de gabinete riu e disse assim "Doutora, vou dizer uma coisa pra senhora: a cesta dos outros foi maior"... (risos).

**A senhora é uma ministra aposentada e agora vai partir para outra carreira, por quê?**

Eu sempre fui juíza, sempre estive na atividade judicante, nunca estive fora da jurisdição. Eu tenho 34 anos de magistratura, dos quais eu só não exerci a jurisdição durante os dois anos em que eu estive na Corregedoria. Eu acreditava naquilo, eu fazia com um gosto incrível. Quando eu estive na Corregedoria, eu conheci a entranha do Poder do Judiciário. Costumo dizer que eu fui do céu ao inferno. E quando eu voltei pro STJ, eu não voltei igual, eu voltei

desmotivada. Quando eu tive a oportunidade de partir para o Poder Legislativo, eu me interessei. Veja bem, eu hoje tenho a compreensão que o poder mais forte da República é o Legislativo. E o Poder Judiciário, as carreiras jurídicas de uma maneira geral, estão sem interlocutor. Então, tudo isso me fez pensar que talvez eu pudesse investir aproveitando essa popularidade que eu adquiri na Corregedoria. Então foi o que me fez pensar nisso. Depois tem outro ponto, e aí vai muito do meu idealismo, que todo mundo diz "a classe política é podre, é absolutamente execrável, político é sinônimo de falcatrua, de mentira, de dizer o que não está pensando etc." Eu acho que não é nada disso, eu conheço muitos políticos, sérios, corretos, que cumprem o que dizem. E é preciso que a gente comece a mudar um pouco essa imagem do Poder Legislativo e não vai ser fácil. E quem é Eliana Calmon? É uma pessoa que não está precisando disso, se perder a eleição, perdeu. Não vai sujar a mão e vai tentar.

E já descobri coisas interessantíssimas. Em muitos partidos, os locais já estão totalmente preenchidos e não se quer ninguém novo, porque são as figuras carimbadas que vão e voltam, vão e voltam, vão e voltam. Segundo, os partidos são absolutamente de mentira; não têm ideologia, não fazem executiva, não discutem nada; são propriedades privadas de meia dúzia de pessoas que nos estados se apropriam e ficam com aquela marca; é um logotipo e não querem mais figuras que sejam interessantes, que tenha massa cinzenta, porque eles podem ser desalojados. Quando você vivencia algo, tem muito mais autenticidade e é isso que está acontecendo comigo. Estou satisfeita? Muito. Tomei a decisão certa? Tomei. Agora, o que que vai acontecer na Bahia? Eu procurei a coisa mais difícil do mundo, porque a Bahia é um estado muito complicado, com 417 municípios, onde existem no máximo 60 cidades que são consideradas grandes, o resto são cidades minúsculas onde só chega o braço do estado. E o braço do estado chega, na Bahia, através do carlismo, e agora pelo PT, que incorporou vários carlitas e ensinaram ao PT o caminho das pedras. Esses currais garantem qualquer eleição. É muito difícil, o meu opositor é vice-governador (Oto Alencar), carlista, que passou para o PT, uma pessoa que é difícil de desbancar; mas um dia alguém tem de fazer alguma coisa, tem de enfrentar.

#### Por que o PSB?

Veja bem, eu sou eleitora de Lula e de Dilma e sou hoje inconformada com o PT. O PT tentou derrubar a elite para mudar o País, mas sobrou. Então, eu me aliei àqueles que, como eu, estão insatisfeitos, que foi o Eduardo Campos e a Marina (Silva). A origem deles é PT, mas eles, como eu, estão desiludidos e estão preocupados. E qual é a preocupação? A preocupação

é que nem esse pouco que a gente conseguiu, a gente consiga manter. Porque esse Bolsa Família não pode ser dissociado de outros programas; ele é um programa emergencial, mas a gente não vai perpetuar como se fez no passado, deixando que os filhos e que os netos sejam dependentes do Bolsa Família. Nós estamos hoje com um grande problema no Rio de Janeiro, que foi o exemplo de nós chegarmos até o morro, o braço do Estado chegou ao morro com as UPPs e nós estamos perdendo; estamos perdendo para a criminalidade por falta de políticas públicas. Então, isso é o fato que me faz querer mudar e escolher o PSB. Se nós formos olhar o discurso de Aécio, o Aécio nega tudo. Ele nega até as vantagens dos programas sociais feitos pelo PT até aqui, o que é um absurdo. Por isso eu escolhi o PSB. E um pouco por romantismo, o PSB foi criado na Bahia por João Mangabeira, um homem assim que descortinou as políticas públicas, até mesmo um simulacro de Bolsa Família ele chegou a conceber. E isso pra mim foi determinante, eu sou muito baiana, né?!

No Senado a senhora tem uma contribuição muito grande nessa reforma do Judiciário, que é essencial, mas que outros pontos a senhora acha que terá importância?

Olha, a segurança pública tem que ser tratada com muito cuidado. A segurança, hoje, é o que a sociedade toda está clamando e o Senado pode fazer muita coisa. Eu tenho algumas informações, porque eu faço parte do comitê permanente da ONU para segurança pública da América Latina. Lá, eles tratam isso muito academicamente e a realidade é bem diferente; mas quando a gente vê o panorama descrito dentro do academicismo, a gente vai identificando alguns pontos que precisam ser trabalhados no local e é exatamente isso que eu gostaria. Quando eu falo de segurança pública, eu falo de sistema carcerário, eu falo de sistema penal como um todo, eu falo de presídios, que é uma coisa séria e eu falo de legislação, porque o que se gasta em torno de política de presídio. É uma porção de gente mexendo com isso, indo pro estrangeiro, curso no estrangeiro, observar o presídio de não sei onde... Quando eu vejo aquilo, eu quero virar o rosto, eu não quero nem ver. Vão, gastam dinheiro no exterior, e quando chegam, a realidade é totalmente diferente. Então, no Senado a gente tem condições de fazer outro trabalho. Outro problema sério, que eu ouço falar desde criança, que me deixa invocada é a indústria da seca. A Bahia é um lugar refém de seca, o raso da Catarina é uma coisa séria e nada foi feito até agora. E o terceiro ponto, é o federalismo

no Brasil, porque essa distribuição de renda que a constituição de 1988 tentou resolver, repassando fatia maior dos impostos para os estados e municípios para tentar diminuir o poder central, ela não se completou, porque a grande massa de recursos que o governo federal tem, não é de impostos, é de contribuição. E essas contribuições são todas centralizadas em Brasília e a distribuição disso fica a cargo no poder central, que faz a cotação através do governador do estado pra passar pros prefeitos, que são da base. Quem não é da base, não

recebe nada. Se você apoia e tem recursos, você pode desviar esses recursos, porque os órgãos de mecanismo de controle não vão até o seu município, porque você é do peito

e você é querido. Os órgãos de controle ficam para municípios que não são da base aliada e os recursos distribuídos são muito poucos. De forma que esse federalismo tem de ser isento.

E o que a senhora está achando dessa história do povo fazer justiça com as próprias mãos?

Preocupadíssima. Isso é a negação de tudo. É a falência do Estado-juiz, o descrédito total do serviço público. Isso é a barbárie. Não posso dizer que é surpreendente, porque, na realidade, a gente já sabia que estava caminhando para esse lado, mas é preocupante.

A gente vai conseguir reagir a isso?

Não sei. Eu estou achando que o PT está muito desgastado e no momento ele está com uma única proposta: as eleições de 2014. Começou a se preocupar muito cedo e ele abandonou todos os outros projetos e só está com projetos eleitoreiros e isso é muito preocupante.

E os Black Blocs?

O que é isso? Ninguém sabe. Acho que eles terminaram por inibir as manifestações sérias, lamentavelmente.

E o que que a gente faz com isso?

Eu só posso dizer que a gente faz o que não estavam fazendo, porque agora querem criminalizar até os Black Blocs como crime de terror. Eu acho um absurdo. Nós tínhamos que começar pelo começo. Não é possível que nas manifestações as pessoas compareçam escondendo seu rosto. Isso não precisa. A própria Justiça disse que não, que podia. Quer dizer, eu não entendi desde o primeiro dia. Como é que permitem isso? Se você está fazendo uma manifestação como cidadão, você se identifique; agora se esconder para manifestar, não está certo. ©

Frédi Vasconcelos é jornalista.